Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-25

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Belchior, A. M. & Teixeira, C. P. (2023). Partidos e representação política. In Jorge M. Fernandes Pedro C. Magalhães António Costa Pinto (Ed.), *O essencial da política portuguesa*. (pp. 461-480). Lisbon: Tinta -da -china.

Further information on publisher's website:

<https://ffms.pt/pt-pt/estudos/o-essencial-da-politica-portuguesa>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Belchior, A. M. & Teixeira, C. P. (2023). Partidos e representação política. In Jorge M. Fernandes Pedro C. Magalhães António Costa Pinto (Ed.), *O essencial da política portuguesa*. (pp. 461-480). Lisbon: Tinta -da -china.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 24

Partidos e Representação Política

Ana Maria Belchior e Conceição Pequito Teixeira

Síntese: Como tem sido estudada empiricamente a representação política em Portugal? Quais os principais resultados alcançados? Este capítulo centra-se na ligação entre partidos e eleitores e visa mapear o estudo da representação partidária em Portugal. Por um lado, sistematizamos os contributos mais relevantes da investigação sobre o tema, por outro lado, atualizamos e consolidamos os resultados sobre as tendências mais importantes identificadas até agora. A análise compreende quatro linhas principais da investigação sobre o tema em Portugal: a congruência política e ideológica; o cumprimento de promessas eleitorais; as agendas políticas; e, por fim, os papéis de representação. A conclusão geral, em linha com as principais conclusões da investigação internacional, é a de que se observam níveis razoáveis e bastante estáveis de correspondência entre partidos e eleitores.

Palavras-chave: representação política; congruência ideológica e política; promessas partidárias e agendas políticas; papéis de representação.

24.1 Introdução

O que significa representar os cidadãos política ou ideologicamente? Apesar da reconhecida dificuldade em definir o conceito de representação política, nas democracias contemporâneas, esta implica agir em nome de outrem, permitindo-lhe uma presença que de outra forma não teria. Por outras palavras, em democracia, os representantes tornam os representados presentes, agindo em seu nome.

Independentemente da discussão acerca do modelo de representação que deve ou não prevalecer (Andeweg, 2014), é em geral aceite que os representantes devem defender os interesses daqueles que representam (Pitkin, 1967). Com base neste pressuposto, grande parte da investigação empírica sobre representação política assenta na avaliação da correspondência entre representantes e representados. Este capítulo centra-se, assim, na análise da representação em Portugal segundo esta perspectiva.

Portugal é um caso particularmente interessante para estudar a relação partido-eleitor, pois pode ser considerado um caso paradoxal. Como veremos na secção seguinte, o sistema eleitoral em vigor tende a gerar poucos incentivos para a existência de laços fortes entre deputados e eleitores. Além disso, há em geral pouca clareza quanto à oferta programática dos partidos (Tsatsanis *et al.*, 2014), ao mesmo tempo que os cidadãos registam níveis relativamente baixos de informação e interesse políticos¹. Todos estes aspetos podem afetar negativamente os níveis de representação política. No entanto, até à data, a investigação identificou

¹ Por exemplo, os dados do Estudo Eleitoral Europeu de 2019 mostram que apenas 5 por cento dos inquiridos portugueses dizem ter acompanhado de muito perto a campanha para as eleições europeias de 2019 e apenas 10 por cento admitem ter muito interesse pela política. Dos 28 países europeus em estudo, apenas oito e três países, respetivamente, apresentam percentagens mais baixas relativamente a estes assuntos (disponível em: <http://europeanelectionstudies.net/european-election-studies/ees-2019-study/voter-estudo-2019>).

níveis bastante razoáveis de correspondência entre a “oferta” dos representantes e a “procura” dos representados. Portugal constitui também um caso interessante em termos de investigação por ter atravessado uma profunda crise económica, o que permite avaliar o impacto de um contexto de crise (choque exógeno) no processo de representação política. A nossa análise visa sistematizar o conhecimento e os dados existentes de forma a avaliar até que ponto um contexto institucional que não favorece uma forte ligação partido-eleitor pode, ainda assim, gerar bons níveis de correspondência entre estes dois atores.

Em primeiro lugar, apresentaremos uma visão geral e sucinta do sistema político português e do modo como este afeta a representação. Em segundo lugar, analisaremos as diversas tendências assinaladas pelos estudos atuais sobre o tema. Por último, apresentaremos algumas considerações finais.

24.2 O Sistema Político Português e o Processo de Representação

A representação política em Portugal é alicerçada, quase que exclusivamente, nos partidos políticos e centrada ao nível nacional. O sistema eleitoral português de listas fechadas e bloqueadas, em círculos plurinominais de diferente magnitude eleitoral, assim como a forte disciplina de voto no Parlamento (Leston-Bandeira, 2009; Goes e Leston-Bandeira, 2019: 13-14) geram poucos incentivos ao estabelecimento de uma ligação próxima e personalizada entre os representantes e os seus eleitores. Neste mesmo sentido, a Constituição portuguesa estabelece que os deputados representam a nação como um todo, e não os círculos eleitorais pelos quais são eleitos. Isto explica por que razão as organizações

partidárias extraparlamentares têm um papel tão importante no Parlamento português, cabendo-lhes em exclusivo a seleção dos candidatos a deputados e o controlo da sua atuação em sede parlamentar (Van Biezen 2003; Teixeira, 2009). Além disso, em Portugal, a conquista de um assento no Parlamento implica uma sólida e longa carreira partidária prévia, a qual começa com a filiação no partido, passa pelo exercício de cargos de direção a nível subnacional, até à detenção de posições cimeiras nas cúpulas dos respetivos partidos (Teixeira *et al.*, 2012: 110). Contudo, importa sublinhar que a importância dos partidos extraparlamentares na condução do mandato individual dos representantes não é exclusiva do caso português (Kam, 2009). Do ponto de vista das suas consequências, uma das principais reporta ao nível reduzido de independência dos deputados eleitos ao Parlamento e a secundarização do seu papel como representantes individuais (Jalali e Teruel, 2019).

Isto significa que a relação entre os eleitores e os seus representantes é, em Portugal, mediada quase exclusivamente pelos partidos políticos. Estes são *de jure* e *de facto* os verdadeiros detentores do exercício da soberania popular (Leston-Bandeira e Tibúrcio, 2012; Brack *et al.*, 2012), tornando assim o sistema político português muito pouco favorável à correspondência entre representantes e representados. Por outras palavras, esta mediação partidária significa que os deputados têm poucas oportunidades de contactar diretamente com os seus eleitores e que os próprios círculos eleitorais têm pouca importância na representação parlamentar (Leston-Bandeira, 2012).

De um modo geral, existe uma tendência na sociedade portuguesa para pensar que os partidos não são representativos das opiniões dos cidadãos (Lobo *et al.*, 2013), pondo em causa o papel dos partidos enquanto

instrumentos centrais de representação. Os dados empíricos sugerem mesmo um crescente declínio da opinião favorável dos cidadãos sobre o processo de representação. Por exemplo, em 2011, cerca de 48 por cento dos inquiridos portugueses admitiam que nenhum partido representava razoavelmente bem as suas opiniões (Brito Vieira e Wiesehomeier, 2013: 98-100); em 2019, este número sobe para cerca de 58 por cento². Em 2012, pouco menos de um terço dos inquiridos considerava que as eleições garantiam que as opiniões dos deputados refletiam fielmente as opiniões dos eleitores (Belchior *et al.*, 2016: 283); e, em 2016, apenas 15% dos inquiridos partilhavam esta opinião (Freire *et al.*, 2016).

Numa perspectiva comparada, os eleitores portugueses parecem bastante pessimistas. Segundo dados de 2002-2004, relativos a um grupo de 35 países (incluindo muitos países europeus), Portugal ocupa o 29.º lugar no que respeita aos eleitores considerarem que os deputados refletem as suas opiniões e ocupa o 21.º quando se trata de os eleitores sentirem que as políticas que defendem são representadas por um qualquer partido (Holmberg, 2014: 140 e 144)³.

Os constrangimentos institucionais antes mencionados, aliados às opiniões desfavoráveis dos cidadãos no que diz respeito à representação, sugerem um cenário muito mais pessimista do que o próprio funcionamento das instituições políticas indica. Ou, pelo menos, do que sugerem os estudos da representação. Com efeito, a investigação sobre Portugal revelou níveis razoáveis de correspondência política e ideológica entre representantes e eleitores, geralmente em linha com os resultados internacionais. No

² Estudo Eleitoral Português, 2019, disponível em: <https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2080>.

³ Da mesma forma, os dados mais recentes sobre este indicador, do Estudo Comparativo de Sistemas Eleitorais – módulo 3, 2006-2011, situam Portugal na 23ª posição, numa amostra de 41 países (disponível em: <https://cses.org/data-download/cses-module-3-2006-2011-2/>).

entanto, esta conclusão deve ser interpretada com cautela, pois as opções metodológicas seguidas nesses estudos não são isentas de afetar os respetivos resultados, como veremos a seguir.

De entre os partidos políticos, não foram ainda dados sinais claros e consistentes com vista a uma reforma institucional que promova uma maior ligação dos representantes aos eleitores. Apesar da preocupação política generalizada com o distanciamento existente entre os portugueses e o sistema político - conforme ilustrado pelas baixas taxas de participação eleitoral e os baixos níveis de confiança política -, e não obstante o debate antigo e recorrente sobre a reforma do sistema eleitoral no sentido de promover uma maior proximidade e responsabilização entre eleitos e eleitores, o facto é que a ausência de consenso entre os partidos – e, em especial, entre os maiores partidos – tem obstaculizado a que se faça essa reforma. As propostas de reforma do sistema eleitoral até agora apresentadas sugerem, sobretudo, o abandono do sistema de listas partidárias fechadas e bloqueadas, em círculos plurinominais de média e grande magnitude eleitoral, e a adoção de alternativas mais proporcionais e/ou personalizadas. Referem-se a uma mudança substancial do sistema eleitoral (por exemplo, introduzindo um sistema eleitoral misto de representação proporcional personalizada - à semelhança do modelo alemão - ou a adoção de um sistema de voto preferencial através de listas fechadas e desbloqueadas - como acontece, por exemplo, na Finlândia).

Em maior ou menor grau, qualquer destas opções teria potencial para promover uma melhor articulação entre representantes e representados do que o sistema atual. Porém, nenhuma das propostas de alteração da lei eleitoral reuniu apoio partidário suficiente para produzir qualquer tipo de efeito prático (Freire e Meirinho, 2012; Lobo, 2018).

24.3 Congruência Política e Ideológica em Portugal

A abordagem mais comumente usada nos estudos empíricos sobre representação consiste em avaliar o nível de correspondência entre deputados ou partidos e eleitores. Esta avaliação assume a proximidade de posições políticas ou ideológicas entre ambos como indicador de representação. De modo simples, a congruência é maior quando as diferenças entre as posições dos dois atores são mais pequenas, e menor quando essas diferenças aumentam; quando a diferença é nula, a congruência é absoluta. No entanto, a congruência não deve ser vista como um sinónimo de representação, mas antes como um indicador desta. Conforme apontado por Przeworski *et al.* (1999), um governo pode ser representativo sem corresponder às preferências dos eleitores; e pode, inversamente, não ser representativo seguindo de perto essas preferências.

Assistiu-se, nas últimas décadas, à realização de vários estudos sobre a congruência entre partidos e eleitores em Portugal. As conclusões dos mesmos apontam para que as diferenças de resultados quanto ao nível de congruência partidária estejam sobretudo dependentes dos assuntos políticos em análise, assim como do momento em causa. Se considerarmos a congruência na escala abstrata esquerda-direita (na qual os inquiridos se posicionam numa escala em que 1 representa a extrema-esquerda e 10 ou 11 a extrema-direita), os partidos tendem a ser bons representantes dos seus eleitorados, em especial os partidos dominantes, tanto em Portugal como na Europa (Belchior e Freire, 2013; Freire e Correia, 2020). A principal razão para esta tendência reside no posicionamento dos partidos dominantes no centro ideológico, que é também a localização onde se

encontra a maior parte do eleitorado (Belchior, 2013; ver também: Dolný e Baboš, 2015: 1290).

Contudo, ao analisarem-se os assuntos relativos à política económica tradicional (como a intervenção do Estado ou a redistribuição) ou questões culturais (como o casamento homossexual ou o aborto) os resultados diferem consideravelmente. Os partidos portugueses de governo – o Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, o Partido Socialista (PS), de centro-esquerda, e o Partido Popular (CDS-PP) conservador - estão entre os menos congruentes (Freire *et al.*, 2014a: 427). Neste caso, é o posicionamento ideológico do partido que explica o nível de correspondência com os eleitores. Os partidos de esquerda tendem a ser mais congruentes com os eleitores nas questões económicas tradicionais e os partidos de direita mais congruentes nas questões culturais (Belchior e Freire, 2013). Isto foi também demonstrado recentemente em relação aos partidos europeus (Dalton, 2021: 17).

As políticas de austeridade implementadas durante a crise das dívidas soberanas na Zona Euro, em 2008, agravaram a crise das democracias representativas, aumentando o fosso entre as posições políticas dos eleitores e dos representantes (Traber *et al.*, 2018). Isto foi especialmente relevante nos países mais gravemente atingidos, como Portugal ou Grécia, e em relação a questões como a integração europeia e as políticas de austeridade (Freire *et al.*, 2014a; Freire *et al.*, 2014b; Teperoglou *et al.*, 2014). Por sua vez, a crise parece ter aumentado a congruência entre os deputados e os eleitores da esquerda (radical) no tocante a questões de redistribuição e proteção social (Belchior *et al.*, 2016), não afetando os níveis (relativamente altos) de congruência em termos de posicionamento na escala ideológica esquerda-direita (Freire e Correia, 2020). Uma

explicação plausível para o melhor desempenho dos partidos de esquerda na oposição pode ser encontrada na afirmação de Peter Mair, segundo a qual há uma distinção «entre partidos que afirmam representar mas não governam e aqueles que governam mas já não representam», e que a crise pode ter intensificado (Mair, 2009: 17). Ou seja, após o início da crise, e ao contrário dos partidos no governo, os partidos na oposição parecem ter tido mais margem de manobra para dar prioridade às preocupações e anseios dos eleitores, em detrimento de serem responsivos à pressão do contexto económico e internacional.

Em suma, os estudos sobre congruência em Portugal revelam que a proximidade entre partidos e eleitores é bastante elevada e estável ao longo do tempo, sempre que a análise se baseia no autoposicionamento ideológico na escala esquerda-direita (como também o é, de um modo geral, na Europa: Dolný e Baboš, 2015), em especial junto dos partidos dominantes. A congruência política – ou seja, relativa a assuntos políticos substantivos – é comparativamente menor, dependendo do assunto e do partido em análise (ver também Costello *et al.*, 2020; Dalton, 2021). Além disso, a crise económica de 2008 afetou os níveis de congruência no que respeita aos assuntos relacionados com a crise e em especial em relação aos partidos que se encontravam no governo durante a crise (o PSD, à semelhança do que aconteceu com o partido grego então no governo, o SYRIZA da esquerda radical; ver Freire *et al.*, 2014a).

Com o objetivo de atualizar e consolidar as conclusões acerca do caso português, apresentamos em seguida uma análise da congruência entre partidos políticos e eleitores em Portugal. Esta baseia-se nos dados mais recentes do Chapel Hill Expert Survey, para posicionar os partidos, e do

European Election Study, para posicionar os eleitores dos partidos⁴. Os resultados figuram nos seis diagramas abaixo. Os dados reportam ao posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita, assim como à posição de cada partido relativamente a cinco assuntos políticos. Duas dessas questões dizem respeito à dicotomia tradicional esquerda-direita (intervenção do Estado e redistribuição), duas à dicotomia libertário-autoritária (liberdades civis e imigração) e uma última engloba ambas as dicotomias (comparação entre crescimento económico e proteção ambiental). A linha diagonal nos diagramas representa o ponto onde a congruência é plena, na medida em que as diferenças entre as médias são nulas. Quanto mais próximo o partido estiver da diagonal, maior será a congruência no seio do mesmo.

Figura 24.1: Congruência ideológica e política em Portugal, 2019

Os diagramas da Figura 24.1 permitem pelo menos três conclusões principais sobre a relação entre eleitores e partidos em Portugal. Em primeiro lugar, o posicionamento na escala esquerda-direita gera uma correspondência mais linear e positiva entre os partidos e respetivos eleitores do que o posicionamento sobre os assuntos políticos substantivos. Como vimos atrás, esta é uma tendência já identificada em estudos anteriores, sugerindo estes resultados a prevalência no tempo de uma elevada congruência entre as posições ideológicas dos partidos e a dos eleitores em Portugal.

⁴ Em ambos os casos, os dados reportam-se a 2019.

No entanto, os estudos sobre a congruência levantam algumas reservas quanto à interpretação dos resultados, pois comparam atores políticos com características distintas. Ao contrário dos deputados, os eleitores não são uma entidade coletiva coerente e tendem a ter níveis muito mais baixos de escolaridade, informação e sofisticação políticas. Estas diferenças tornam problemática a comparação de ambos (Pierce, 1999: 13-15), o que deve ser tido em consideração na interpretação dos resultados.

Em segundo lugar, em comparação com os eleitores, há uma maior polarização ideológica dos partidos. Estes estão mais firmemente posicionados à esquerda ou à direita do que os seus respetivos eleitores, sobretudo nos partidos de esquerda. Esta tendência não é também nova, nem específica do caso português (Belchior, 2010; Belchior e Freire, 2013; Dolný e Baboš, 2015).

Em terceiro lugar, os partidos de tipo *catch-all* portugueses (o PSD e o PS) tendem a ser mais congruentes nesta escala do que os outros partidos. Em ambos os casos, as posições destes partidos quase sobrepõem a linha diagonal. Isto também está em linha com conclusões anteriores acerca dos sistemas partidários europeus (Belchior, 2013).

Em quarto lugar, reafirma-se a polarização ideológica já referida atrás, relativa a questões socioeconómicas tradicionais, tais como a intervenção do Estado ou a redistribuição da riqueza, sendo ainda mais evidente quando se trata de questões libertário-autoritárias, como a defesa das liberdades civis *versus* a sua restrição com vista ao combate ao crime ou a defesa de uma política de imigração restritiva *versus* liberal. Regra geral, os eleitores tendem a posicionar-se mais ao centro do que os seus partidos, em parte devido à sua menor sofisticação política. Isto aplica-se em especial aos

assuntos que cabem na escala libertário-autoritário, já que os eleitorados são quase indistintos entre si, revelando um alinhamento vertical nos diagramas. Neste caso, a maior dispersão dos partidos em relação a posições relativas aos assuntos políticos e a centralização dos eleitores na escala contribuem para níveis mais baixos de correspondência entre os dois.

Por último, os partidos de direita tendem a convergir mais com os seus eleitores quanto aos assuntos libertário-autoritários do que quanto aos assuntos socioeconómicos tradicionais, enquanto os partidos de esquerda tendem a representar mais os seus eleitores nestes últimos do que nos primeiros (uma conclusão já avançada em relação a Portugal: Belchior e Freire, 2013; e a outros países: Dalton, 2021). Em relação ao diagrama que compara a proteção ambiental com o crescimento económico, os partidos de esquerda estão bastante alinhados com os seus eleitores, enquanto os partidos de direita se afastam mais deles. Os partidos de direita são mais resistentes à defesa da proteção ambiental quando esta implica um custo em termos de crescimento económico, afastando-se dos seus eleitores, ao passo que os partidos de esquerda e respetivos eleitores convergem na predisposição para assumir um tal custo económico.

Confirmando em termos gerais os estudos anteriores, estes resultados sugerem uma consolidação dos padrões de representação em Portugal, apesar da oscilação das circunstâncias da vida política ou, mais objetivamente, da turbulência gerada pela crise económica de 2008. Não obstante, e no que respeita à discussão sobre o aprofundamento da crise de representação em Portugal, os dados sugerem que o impacto gerado pela crise não promoveu mudanças estruturais na representação política e ideológica.

24.4 O Cumprimento das Promessas Eleitorais pelos Partidos Portugueses

A “representação promissória”, isto é, a ideia de que as promessas feitas pelos partidos durante a campanha eleitoral e as decisões políticas que estes tomam após as eleições, mantendo ou não a sua palavra, está no cerne da democracia representativa (Mansbridge, 2003). Esta reconhece o poder de influência dos cidadãos sobre os resultados políticos. Ao votarem nos partidos cumpridores e ao não votarem nos incumpridores, os cidadãos accionam um mecanismo vital da responsabilização democrática (Schedler, 1998).

No que respeita ao estudo da representação sobre esta óptica “promissória”, em meados dos anos 1990 fizeram-se progressos metodológicos significativos assentes na análise do cumprimento das promessas eleitorais (Royed, 1996; posteriormente consolidado por Royed *et al.*, 2019). Desde então, a investigação sobre o tema cresceu de forma assinalável, especialmente em alguns países europeus, incluindo Portugal⁵. É sobre esta que trata a presente secção.

Regra geral, a investigação relativa ao cumprimento de promessas eleitorais considera como promessa um «compromisso de tomar uma medida ou obter um resultado, nos casos em que é possível determinar objetivamente se a medida foi de facto tomada ou o resultado foi obtido» (Royed, 1996: 79). Este método consiste em identificar declarações de promessas precisas e objetivamente testáveis nos programas eleitorais dos partidos (são excluídos da análise os compromissos vagos, não testáveis) e

⁵ Em especial na Áustria, na Bulgária, na Alemanha, na Irlanda, em Itália, na Holanda, em Espanha, na Suécia e no Reino Unido, assim como no Canadá.

verificar o seu cumprimento posterior recorrendo a diferentes fontes (como legislação, decretos ministeriais, *sites* oficiais ou contacto direto com repartições públicas). Por exemplo, declarações como «Continuação do apoio às mulheres para que estas possam conciliar a vida profissional e familiar» não são consideradas promessas, enquanto declarações como «Criação de um programa de prevenção da delinquência juvenil» são incluídas. As promessas são classificadas como «plenamente cumpridas» (se as informações obtidas junto das fontes demonstram que a promessa foi integralmente cumprida), «cumpridas em parte» (se os esforços dos partidos resultam numa concretização apenas parcial do que foi prometido) e «não cumpridas» (se não há qualquer indicação de que o partido cumpriu a promessa).

Também neste caso, a investigação que integra ou analisa o caso português tem, em grande medida, alcançado resultados em linha com as principais conclusões da investigação internacional (Naurin *et al.*, 2019). As conclusões acerca do caso português podem ser resumidas em três ideias principais. Em primeiro lugar, como noutros casos e contrariamente à ideia generalizada, a pesquisa tem confirmado sistematicamente que os governos portugueses tendem a cumprir uma elevada percentagem das suas promessas eleitorais (*e.g.*, Thomson *et al.*, 2017; Moury e Fernandes, 2018; Lisi *et al.*, 2019). Conforme se pode ver na Figura 24.2, entre 1995 e 2019, a percentagem de cumprimento de promessas por parte dos governos portugueses tende a ser bastante elevada. Em média, estes cumpriram integral ou parcialmente cerca de 64 por cento dos compromissos assumidos nos respetivos programas eleitorais. Esta percentagem aumenta para 77 por cento se considerarmos apenas os governos que concluíram os seus mandatos (PS 1995, 2005 e 2015, e

PSD/CDS 2011). Mesmo em relação aos partidos que não vencem as eleições, e que por isso enfrentam os constrangimentos inerentes à sua condição de oposição parlamentar, se observa um esforço significativo para manter a sua palavra (Serra-Silva e Belchior, 2020). No período entre 1995-2019, os partidos da oposição cumpriram total ou parcialmente entre 30% e 60% das suas promessas⁶. Uma implicação importante destes resultados consiste em não se dever olhar para os programas eleitorais como meros documentos formais e burocráticos, pois os partidos parecem levá-los a sério no momento de decidirem as políticas a ser adotadas.

Em segundo lugar, a investigação também demonstrou que os governos minoritários tendem a cumprir pelo menos tantas promessas como os governos majoritários (Lisi *et al.*, 2019; Thomson *et al.*, 2017; Moury e Fernandes, 2018). Como revela a Figura 24.2, os dois governos portugueses mais cumpridores foram governos minoritários: o primeiro governo liderado por António Guterres (PS, 1995), e o de António Costa (PS, 2015), embora este último tenha tido o apoio parlamentar dos dois partidos da esquerda radical. Estes governos cumpriram ou cumpriram em parte, respetivamente, 85% e 87% das suas promessas eleitorais. A principal razão apresentada para o melhor desempenho dos governos minoritários diz respeito ao uso da negociação política com os partidos da oposição: os governos minoritários precisam de negociar para cumprirem as suas promessas eleitorais e, assim, aumentarem a probabilidade de reeleição (Moury e Fernandes, 2018).

Em terceiro lugar, como demonstrado em pesquisa prévia (Thomson, 2011), um estudo sobre o caso português revelou que os cidadãos

⁶Dados dos projectos «Promessas Partidárias e Responsabilização Democrática» e «Preferências Públicas e Tomada de Decisões Políticas». Consulte <http://www.comparativeagendas.net/portugal>.

percecionam o cumprimento das promessas por parte dos governos de uma forma enviesada (Belchior, 2019). Centrando-se no governo liderado por Pedro Passos Coelho (2011-2015), o estudo demonstra a prevalência de um processo de raciocínio motivado (isto é, de raciocínio enviesado no sentido da confirmação de opiniões prévias), que leva os cidadãos a percepções tendenciosas no que respeita ao desempenho do governo. Especificamente, a identificação partidária e a simpatia pelo governo desencadeiam uma distorção das percepções individuais quanto ao cumprimento da promessa. As avaliações negativas dos cidadãos sobre o desempenho do governo ou a identificação com os partidos da oposição promovem um viés na percepção de promessas que foram cumpridas considerando-as como não tendo sido cumpridas, levando os cidadãos a ver o governo como menos cumpridor do que realmente é. Uma análise comparada de Portugal e outros cinco países também concluiu que a utilização de atalhos heurísticos (como a identificação partidária) leva os cidadãos a um viés perceptual relativamente ao cumprimento de promessas, mesmo nos casos de cidadãos bem informados (Pétry *et al.*, 2018). Esta conclusão tem implicações para a responsabilização dos governos, pois a prevalência de percepções enviesadas torna difícil ou mesmo impossível recompensar os governos que cumprem as suas promessas e punir aqueles que as não cumprem.

Figura 24.2: Cumprimento de promessas por parte dos governos portugueses, 1995-2019 (%)

Para averiguar como os governos portugueses cumprem as suas promessas, analisamos em seguida o nível de cumprimento por área de intervenção, entre 1995 e 2019, um período correspondente a sete legislaturas⁷. A Figura 24.3 mostra a percentagem de cumprimento de promessas⁸ por área de intervenção de cada um dos governos para os quais há dados disponíveis.

Figura 24.3: Cumprimento de promessas por parte dos governos portugueses por área de intervenção, 1995-2019 (%)

A principal conclusão a retirar da Figura 24.3 é que há uma relativa estabilidade no cumprimento de promessas por parte dos governos. Ou seja, os governos cumprem promessas relacionadas com diferentes áreas de intervenção em proporções semelhantes. Em particular, o primeiro governo de António Guterres (PS, 1995) ou o de António Costa (PS, 2015), aqueles com maior nível de promessas cumpridas, tendem a ter percentagens de cumprimento (total e parcial) de cerca de 80 por cento ou mais em todas as áreas de intervenção em análise.

No outro extremo do espectro, o desempenho do governo de coligação PSD/CDS, em 2002-2005, revela o nível mais baixo de cumprimento, em relação a todas as áreas de intervenção (no total, este governo apenas cumpriu integral ou parcialmente 30 por cento das suas promessas eleitorais). Dois fatores principais podem ter contribuído para este reduzido nível de cumprimento. O primeiro, e mais óbvio, é este governo não ter

⁷ De acordo com a prática comum, consideramos «cumpridas» as promessas cumulativas que foram integral ou parcialmente cumpridas.

⁸ Calculado como o número de promessas cumpridas por área de intervenção, dividido por todas as promessas feitas nessa área e multiplicado por 100.

completado o seu mandato e, portanto, não ter tido tempo suficiente para implementar todo o seu programa. Em segundo lugar, este governo caracterizou-se por uma grande instabilidade ministerial. Foi liderado por Durão Barroso entre 2002 e 2004, e por Santana Lopes entre 2004 e 2005, sendo aqui considerado um único executivo por ter contado com o mesmo apoio partidário e não ter havido eleições entre as duas lideranças. Quando Santana Lopes substituiu Durão Barroso no cargo de primeiro-ministro, procedeu à substituição da maioria dos ministros e alterou as pastas anteriores, como sinal de modernização (Lopes, 2006: 89). Esta instabilidade ao nível ministerial pode ter contribuído para o fraco desempenho. Houve outros governos que não concluíram os mandatos (PS 1999 e PS 2009), ou enfrentaram intervenção financeira externa devido à crise económica (PSD/CDS, 2011), o que certamente terá afetado a margem de manobra dos executivos para implementar os seus programas eleitorais. No entanto, em nenhum destes casos o cumprimento das promessas foi tão afetado como na coligação anterior (os governos socialistas cumpriram integral ou parcialmente, respetivamente, 51 e 60 por cento dos programas, e a coligação PSD/CDS de 2011 cumpriu integral ou parcialmente 61 por cento).

Uma vez que os partidos têm fortes incentivos para se comportarem estrategicamente em relação às suas áreas de intervenção mais salientes (Budge, 2015), espera-se que nos programas enfatizem mais certas áreas em detrimento de outras. No entanto, os partidos do governo revelam uma forte tendência para se sobreporem entre si no que diz respeito à ênfase que colocam em áreas políticas específicas. Por exemplo, nos seus programas eleitorais, o CDS/PP (conservador) coloca mais ênfase na «justiça e assuntos internos», seguida de «Estado e administração pública»

(respetivamente 23 e 22 por cento das promessas do partido entre 1995 e 2015). O PS e o PSD estão alinhados, ao colocarem ambos uma maior ênfase nas áreas do «Estado e administração pública» (respetivamente, 16 e 23 por cento das suas promessas eleitorais), seguido da «educação e cultura» (16 e 17 por cento, respetivamente), e, por último, da «justiça e assuntos internos» (10 e 8 por cento, respetivamente). Em seguida, o PS dá mais destaque à «saúde» (7 por cento) e o PSD à «macroeconomia» (8 por cento), com as restantes áreas a classificarem-se de forma diferente nos programas de cada um dos partidos em causa. Além disso, das áreas de intervenção analisadas na Figura 24.3, «saúde» e «ambiente e agricultura» são as que têm menos importância para os partidos governamentais no seu todo (representando, respetivamente, 5 e 7 por cento de todas as promessas eleitorais). «Trabalho e desemprego», «energia», «transportes», «defesa», «comércio externo» e «negócios estrangeiros» têm uma relevância ainda mais reduzida nos programas dos partidos governamentais.

Dada a sua importância na competição partidária, estes resultados revelam uma grande consistência entre os partidos (e ao longo do tempo) no que diz respeito ao modo como os programas eleitorais são concebidos. Ou seja, no tocante à proporção de promessas incluídas nos programas eleitorais, os partidos tendem a atribuir uma saliência semelhante às mesmas áreas. Estas conclusões estão de acordo com estudos que mostram que os partidos governamentais distribuem a sua atenção política de forma diferente consoante as diversas áreas de intervenção, obedecendo entre si a padrões semelhantes não apenas em Portugal (Belchior, 2020: 30-32), mas também noutros países (por exemplo, Jennings *et al.*, 2011).

24.5 A Relação entre a Opinião Pública e a Atenção Política dos Partidos

Outra linha de investigação sobre a representação em Portugal diz respeito ao estudo da atenção política (com base na frequência com que os assuntos políticos são mencionados pelos actores políticos). Os estudos sobre a atenção política têm-se dedicado principalmente a entender a forma como os partidos competem enfatizando seletivamente áreas de intervenção específicas em detrimento de outras (Budge, 2015). Parte destes estudos diz respeito à representação e avalia a correspondência entre a opinião pública e a atenção política dos partidos (por exemplo, Bonafont e Palau, 2011; Spoon e Klüver, 2014). Nesta linha de investigação, é bastante recente o trabalho desenvolvido sobre a correspondência entre a atenção política dos partidos portugueses e a opinião pública. As conclusões entretanto alcançadas sugerem a prevalência de um nível razoável de correspondência partido-eleitor, destacando, em alguns casos, a importância dos meios de comunicação social no processo de representação.

Ao analisarem a atenção política dos governos medida pela emissão de comunicados de imprensa, Borghetto e Belchior detetaram uma congruência significativa entre a agenda do executivo e os programas eleitorais dos partidos do governo. Além de seguir os programas, a agenda do executivo também tem em consideração as prioridades das questões dos principais opositores, mas apenas quando os meios de comunicação social se centram nelas (Borghetto e Belchior, 2020). Um outro estudo analisou os programas eleitorais para aferir em que medida os partidos reagem à opinião pública (Belchior, 2020). Neste, ficou demonstrado que o efeito da opinião pública sobre a ênfase política dada às promessas eleitorais aumenta um pouco quando os meios de comunicação social

dedicam mais atenção ao assunto político, embora isso não aconteça de forma consistente em todos os partidos – é importante para os partidos da oposição, mas não para os do governo. Esta conclusão está alinhada com estudos anteriores, confirmando que a opinião pública não parece ser relevante para a definição da agenda dos partidos do governo (Klüver e Spoon, 2016).

Parcialmente, e em linha com estes resultados, após comparação dos assuntos parlamentares debatidos em Itália, Espanha e Portugal, Borghetto e Russo concluem que as prioridades dos cidadãos (assim como os programas eleitorais) constituem indicadores relevantes do modo como os partidos políticos distribuem a sua atenção pelas diferentes questões no período entre eleições, em especial no que toca aos partidos da oposição. Isto aplica-se sobretudo quando as prioridades da opinião pública se centram mais na economia, em resultado de uma recessão económica (Borghetto e Russo, 2018). Ainda com base nos assuntos parlamentares debatidos, conclui-se que os deputados tendem a dar mais resposta aos seus eleitores em questões relacionadas com o desemprego e a criminalidade quando o seu círculo eleitoral é afectado por estes problemas (Borghetto *et al.*, 2021). Analisando Portugal como um caso diferenciado, uma vez que os mecanismos institucionais portugueses não incentivam a criação de ligações fortes entre deputados e eleitores, este estudo mostra que a representação geográfica não é determinada pela existência de incentivos institucionais, devendo antes ser tidos em conta outros fatores (ver também, para uma conclusão semelhante acerca do localismo nas intervenções dos deputados: Fernandes *et al.*, 2020).

À semelhança dos estudos sobre a congruência entre deputados e eleitores e sobre o cumprimento de promessas eleitorais, também o estudo da

representação baseado na atenção política revela níveis razoáveis de correspondência entre partidos e opinião pública.

24.6 Papéis de Representação Política

Por último, a análise dos papéis de representação está diretamente relacionada com a intensidade da ligação entre representantes e representados (Andeweg, 2014). Em Portugal, os representantes eleitos norteiam a sua atividade por princípios de representação nacional, individual e partidária em detrimento do seu círculo eleitoral. Esta processa-se, aliás, de acordo com a disposição constitucional segundo a qual os deputados representam o país como um todo, não estando por isso obrigados a seguir nem as instruções do partido pelo qual foram eleitos, nem as dos eleitores do seu respetivo círculo (Teixeira *et al.*, 2012; Espírito-Santo e Lisi, 2015: 436-441).

A investigação sobre os papéis de representação concluiu que os objetivos políticos individuais dos deputados portugueses, em geral, e a reeleição, muito em particular, são as forças motrizes mais importantes para a determinação da prevalência de um determinado estilo e focus da representação (Brack *et al.*, 2012; Teixeira *et al.*, 2012; Fernandes *et al.*, 2018). Em particular, Fernandes *et al.* (2018) indicam que o focus da representação não é estático ao longo do tempo. Os representantes portugueses evidenciam um comportamento estratégico nas interpelações parlamentares, adaptando o focus da representação conforme se aproxima o dia das eleições, com vista à sua reeleição. Mais especificamente, os representantes eleitoralmente mais vulneráveis têm maior probabilidade

de centrar a atenção no seu círculo eleitoral, tendência que aumenta com a proximidade das eleições.

A crise económica de 2008 alterou os padrões de representação, tanto para os eleitores, como para os deputados. Surpreendentemente, a mudança foi no sentido de uma maior proximidade entre representantes e eleitores, pelo menos em relação a assuntos políticos específicos. Por um lado, observou-se uma maior congruência entre deputados e eleitores após a eclosão da crise em assuntos relativos à representação política (Belchior *et al.*, 2016). Por outro lado, após a emergência da crise, os deputados pareceram representar mais os interesses da população em geral, em detrimento dos interesses do seu partido (Teixeira *et al.*, 2012; Espírito-Santo e Lisi, 2015). Não há estudos mais recentes que nos permitam aferir a prevalência dessas tendências após a crise.

24.6 Conclusão

Este capítulo centrou-se na representação substantiva em Portugal. A conclusão geral aponta para a prevalência de níveis razoáveis de correspondência entre partidos e eleitores, tanto do ponto de vista da congruência ideológica e política, como do cumprimento de promessas eleitorais, ou mesmo dos níveis de atenção política. Além disso, os dados sugerem que os níveis de correspondência permanecem relativamente estáveis ao longo do tempo.

Duas razões principais podem contribuir para a compreensão do aparente paradoxo existente entre os razoáveis resultados alcançados até agora e o pessimismo dos cidadãos em relação ao processo de representação. Uma delas diz respeito às limitações metodológicas dos estudos. Além das

limitações mencionadas em relação aos estudos de congruência, até agora a investigação não deu atenção suficiente aos temas políticos que são mais relevantes para os cidadãos. Ou seja, ainda não sabemos se a correspondência dos representantes permanece razoavelmente alta quando se trata de assuntos de grande centralidade para os cidadãos. Além disso, os estudos ignoraram, na sua maioria, os cidadãos que não votam ou que não têm filiação partidária, pois as medições baseiam-se sobretudo na ligação entre o eleitor e o deputado ou o partido. É muito provável que esses eleitores se sintam menos representados do que aqueles que têm ligação a um partido. O facto de se estar a desconsiderar estes dois aspetos é relevante porque há boas hipóteses de estes contribuírem para uma sobre-inflação da representação em Portugal. Uma segunda razão, mais prosaica, diz respeito à tendência psicológica dos indivíduos para assumirem vieses negativos em relação a avaliações e percepções políticas (Lau, 1982). Os indivíduos parecem dar mais importância às informações negativas do que às positivas, e estão mais dispostos a perceber e avaliar negativamente a esfera política. Essa tendência também pode ajudar a explicar o paradoxo referido acima, na medida em que as percepções dos cidadãos sobre o processo de representação podem também estar a ser permeadas por um viés pessimista.

O estudo da representação em Portugal não se limita, contudo, à representação substantiva. Há também uma importante linha de investigação sobre representação descritiva, principalmente no que diz respeito à representação de mulheres (*e.g.* Verge, 2013; Espírito-Santo, 2016; Espírito-Santo e Santos, 2021). Outras linhas de investigação centram-se ainda nas regras eleitorais e no recrutamento político (por exemplo, Teixeira, 2009; Freire e Meirinho, 2012; Lobo, 2018), assim como

nas percepções políticas (por exemplo, Pétry *et al.*, 2018; Belchior, 2019). A falta de espaço impede-nos de abordar em detalhe esta linha da pesquisa.

Concluimos este capítulo apresentando brevemente três importantes limitações do trabalho realizado em Portugal nesta área até ao momento presente. Em primeiro lugar, dado o desenvolvimento relativamente tardio desta área de investigação em Portugal, as análises longitudinais são ainda escassas, condicionando a identificação e consolidação de tendências. Isto impactou em especial na capacidade de se realizarem estudos sobre representação dinâmica (Stimson *et al.*, 1995), ou seja, sobre a resposta dos governos às mudanças nas preferências da opinião pública ao longo do tempo. Em segundo lugar, os estudos comparados também são raros, limitando-se em grande parte às democracias do Sul da Europa (Espanha e Grécia). Por fim, são igualmente escassos os trabalhos sobre o impacto da representação política, nomeadamente sobre a qualidade da democracia. Aconselha-se, assim, que a investigação futura desenvolva estratégias metodológicas que permitam o estudo longitudinal e comparado da representação em Portugal, bem como das suas implicações.

Bibliografia

Andeweg, R. 2014. «Roles in Legislatures». In *The Oxford Handbook of Legislative Studies*, coordenado por Shane Martin, Thomas Saalfeld e Kaare W. Strøm, 267-286. Oxford: Oxford University Press.

Belchior, A.M., E. Tsatsanis e C. P. Teixeira, C. P. 2016. «Representation in Times of Crisis: Deputy-Voter Congruence on Views of Representation in Portugal». *International Political Science Review* 37(2): 277-293.

Belchior, A. M. 2010. «Ideological Congruence among European Political Parties». *Journal of Legislative Studies* 16(1): 121-142.

Belchior, A. M. 2013. «Explaining Left-Right Party Congruence Across European Party Systems: A Test of Micro-, Meso-, and Macro-Level Models». *Comparative Political Studies* 46(3): 352-386.

Belchior, A. M. 2019. «The Effects of Party Identification on Perceptions of Pledge Fulfilment: Evidence from Portugal». *International Political Science Review* 40(5): 627-642.

Belchior, A. M. 2020. «Media, Public Opinion and Parliamentary Agendas' Effect in Political Parties». *Agenda Setting Journal* 4(1): 17-42.

Belchior, A. M. e A. Freire. 2013. «Is Party Type Relevant to an Explanation of Policy Congruence? Catchall Versus Ideological Parties in the Portuguese Case». *International Political Science Review* 34(3): 273-288.

Bonafont, L. C. e A. M. Palau. 2011. «Assessing the Responsiveness of Spanish Policymakers to the Priorities of their Citizens». *West European Politics* 34(4): 706-730.

Borghetto, E. e A. M. Belchior. 2020. «Party Manifestos, Opposition and Media as Determinants of the Cabinet Agenda». *Political Studies* 68(1): 37-53.

Borghetto, E. e F. Russo. 2018. «From Agenda Setters to Agenda Takers? The Determinants of Party Issue Attention in Times of Crisis». *Party Politics* 24(1):65-77.

Borghetto, E., J. Santana-Pereira e A. Freire. 2020. «Parliamentary Questions as an Instrument for Geographic Representation: The Hard Case of Portugal». *Swiss Political Science Review* 26(1): 10-30.

Brack, N., O. Costa e C. P. Teixeira. 2012. «Attitudes Towards the Focus and Style of Political Representation Among Belgian, French and Portuguese Parliamentarians». *Representation* 48(4): 387-402.

Brito Vieira, M. e N. Wiesehomeier. 2013. «Representação em Portugal: Perspectiva dos Cidadãos». In *A Qualidade da Democracia em Portugal. A Visão dos Cidadãos*, coordenado por António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães, 79-119. Lisboa: ICS.

Budge, I. 2015. «Issue Emphases, Saliency Theory and Issue Ownership: A Historical and Conceptual Analysis». *West European Politics* 38(4): 761-777.

Costello, R., D. Toshkov, B. Bos e A. Krouwel. 2021. «Congruence between Voters and Parties: The Role of Party-Level Issue Saliency». *European Journal of Political Research* 60(1): 92-113.

Dalton, R. 2021. «The Representation Gap and Political Sophistication: A Contrarian Perspective». *Comparative Political Studies* (no prelo). Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414020957673>

Dolný, B. e P. Baboš. 2015. «Voter–Representative Congruence in Europe: A Loss of Institutional Influence?» *West European Politics* 38(6): 1274-1304.

Espírito-Santo, A. e M. H. Santos. 2021. «The Share of Women in Decision-making Positions Across Different Levels of Government». *Representation* (no prelo). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00344893.2020.1847180>

Espírito-Santo, A. e M. Lisi. 2015. «Quem Representam e a Quem Obedecem: Atitudes dos Deputados Portugueses Antes e Depois da Crise». In *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, coordenado por André Freire, Marco Lisi e José M. L. Viegas, 429-445. Lisboa: Assembleia da República.

Fernandes, J. M., M. Won e B. Martins. 2020. «Speechmaking and the Selectorate: Persuasion in Nonpreferential Electoral Systems». *Comparative Political Studies* 53(5): 667-699.

Fernandes, J. M., C. Leston-Bandeira e C. Schwemmer. 2018. «Election Proximity and Representation Focus in Party-Constrained Environments». *Party Politics* 24(6): 674-685.

Freire, A. e A. Correia. 2020. «Ideological and Policy Representation in Portugal». In *Political Representation and Citizenship in Portugal: From Crisis to Renewal*, coordenado por Marco Lisi, André Freire e Emmanouil Tsatsanis, 107-127. Lanham: Lexington Books.

Freire, A., M. Lisi e E. Tsatsanis. 2016. «Inquérito aos Cidadãos Portugueses 2016-2018». Projecto de Investigação CIES-IUL e IPRI-NOVA «Crise, Representação Política e Renovação da Democracia», FCT: PTDC/IVC-CPO/3098/2014, disponível em: <http://er.cies.iscte-iul.pt/>.

Freire, A., M. Lisi, I. Andreadis e J. M. Leite Viegas. 2014a. «Political Representation in Bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal Compared». *South European Society and Politics* 19(4): 413-433.

Freire, A., E. Teperoglou e C. Moury. 2014b. «Awakening the Sleeping Giant in Greece and Portugal? Elites' and Voters' Attitudes towards EU Integration

in Difficult Economic Times». *South European Society and Politics* 19(4): 477-499.

Freire, A. e M. Meirinho. 2012. «Institutional Reform in Portugal: From the Perspective of Deputies and Voters Perspectives». *Pôle Sud* 1(3): 107-125.

Goes, E. e C. Leston-Bandeira. 2019. «The Portuguese Assembleia da República in Context». In *The Iberian Legislatures in Comparative Perspective*, coordenado por Jorge M. Fernandes e Cristina Leston-Bandeira, 7-24. Abingdon: Routledge.

Hetherington, M. J. e T. J. Rudolph 2008. «Priming, Performance, and the Dynamics of Political Trust». *The Journal of Politics* 70(2):498-512.

Holmberg, S. 2014. «Feeling Policy Represented». In *Elections and Democracy*, coordenado por Jacques Thomassen, 132-152. Oxford: Oxford University Press.

Jalali, C. e J. R. Teruel. 2019. «Parliamentary Party Groups in the Iberian Democracies». In *The Iberian Legislatures in Comparative Perspective*, coordenado por Jorge M. Fernandes e Cristina Leston-Bandeira, 49-70. Abingdon: Routledge.

Jennings, W., S. Bevan, A. Timmermans, G. Breeman, S. Brouard, L. Chaqués-Bonafont, C. Green-Pedersen, P. John, P. B. Mortensen e A. M. Palau. 2011. «Effects of the Core Functions of Government on the Diversity of Executive Agendas». *Comparative Political Studies* 44(8): 1001-1030.

Kam, C. 2009. *Party Discipline and Parliamentary Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Klüver, H. e J. J. Spoon. 2016. «Who Responds? Voters, Parties and Issue Attention». *British Journal of Political Science* 46(3): 633-654.

Lau, Richard R. 1982. «Negativity in Political Perception». *Political Behavior* 4 (4): 353-77.

Leston-Bandeira, C. 2009. «Dissent in a Party-Based Parliament: The Portuguese Case». *Party Politics* 15(6): 695-713.

Leston-Bandeira, C. e T. Tibúrcio. 2012. «Developing Links Despite the Parties – Parliament and Citizens in Portugal». *Journal of Legislative Studies* 18(3-4): 384-402.

Lisi, M., C. Moury e A. M. Belchior. 2019. «Portugal». In *Party Mandate and Democracy. Making, Breaking, and Keeping Election Pledges in Twelve Countries*, coordenado por Terry Royed, Elin Naurin e Robert Thomson, 157-174. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Lobo, M. C. 2018. *Sistema Eleitoral Português: Problemas e Soluções*. Coimbra: Almedina.

Lobo, M. C., C. Jalali e F. F. Silva. 2013. «Responsividade Política em Portugal: Retrato de um Processo de Deterioração em Curso». In *A Qualidade da Democracia em Portugal. A Visão dos Cidadãos*, coordenado por António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães, 211-240. Lisboa: ICS.

Lopes, P. S. 2006. *Percepções e Realidade*. Lisboa: Alêtheia Editora.

Mair, P. 2009. «Representative versus Responsible Government», MPIfG Working Paper 09/8. Colónia.

Mansbridge, J. 2003. «Rethinking Representation». *American Political Science Review* 97(4): 515-528.

Moury, C. e J. Fernandes. 2018. «Minority Governments and Pledge Fulfilment: Evidence from Portugal». *Government and Opposition* 53(2): 335-355.

Naurin, E., T. Royed e R. Thomson (eds.). 2019. *Party Mandates and Democracy: Making, Breaking, and Keeping Election Pledges in Twelve Countries*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Pétry, F., R. Thomson, E. Naurin, A. M. Belchior, H. Brandenburg, D. Duval, J. Leinaweaver e H. Oscarsson. 2018. «Citizens' Reactions to Campaign Pledge Fulfillment in Six Countries». Encontro Annual APSA (30 Agosto – 2 Setembro, Boston).

Pierce, R. (1999). «Mass-Elite Issue Linkages and the Responsible Party Model Representation». In *Policy Representation in Western Democracies*, coordenado por W. Miller, R. Pierce, J. Thomassen, R. Herrera, S. Holmberg, P. Esaiasson e B. Wessels, 9-32. Oxford: Oxford University Press.

Pitkin, H. F. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley, CA: University of California Press.

Przeworski, A., S. Stokes e B. Manin (coords.). 1999. *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Royed, T. J. 1996. «Testing the Mandate Model in Britain and the United States: Evidence from the Reagan and Thatcher Eras». *British Journal of Political Science* 26(1): 45-80.

Serra-Silva, S. e A. M. Belchior. 2020. «Understanding the Pledge Fulfilment of Opposition Parties Using Evidence from Portugal». *European Politics and Society* 21(1): 72-90.

Spoon, J. J. e H. Klüver. 2014. «Do Parties Respond? How Electoral Context Influences Party Responsiveness». *Electoral Studies* 35: 48-60.

Stimson, J.A., M. B. MacKuen e R. S. Erikson. 1995. «Dynamic Representation». *American Political Science Review* 83(3): 543-565.

Teixeira, C. P., A. Freire e A. M. Belchior. 2012. «Parliamentary Representation in Portugal: Deputies' focus and style of representation». *Portuguese Journal of Social Science* 11(2): 99-117.

Teixeira, C. P. 2009. *O Povo Semi-soberano? Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina.

Teperoglou, E., A. Freire, I., Andreadis e J. M. Leite Viegas. 2014. «Elites' and Voters' Attitudes towards Austerity Policies and their Consequences in Greece and Portugal». *South European Society and Politics* 19(4): 457-476.

Thomson, R. 2011. «"Citizens" Evaluations of the Fulfillment of Election Pledges: Evidence from Ireland». *Journal of Politics* 73(1): 187-201.

Thomson, R., T. Royed, E. Naurin, J. Artés, R. Costello, L. Enns-Jedenastik, M. Ferguson, P. Kostadinova, C. Moury, F. Pétry e K. Praprotnik. 2017. «The Fulfillment of Parties' Election Pledges: A Comparative Study on the Impact of Power Sharing». *American Journal of Political Science* 61(3): 527-542.

Traber, D., N. Giger e S. Häusermann. 2018. «How Economic Crises Affect Political Representation: Declining Party-Voter Congruence in Times of Constrained Government». *West European Politics* 41(5): 1100-1124.

Tsatsanis, E., A. Freire e Y. Tsirbas. 2014. «The Impact of the Economic Crisis on the Ideological Space in Portugal and Greece: A Comparison of Elites and Voters». *South European Society and Politics* 19(4): 519-540.

Van Biezen, I. 2003. *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Verge, T. 2013. «Regulating Gender Equality in Political Office in Southern Europe: The Cases of Greece, Portugal and Spain». *Representation* 49(4): 439-452.